

Thiago de Araújo
Costa

a

PRESENÇA DA LENTIDÃO NA
CIDADE *e seus* EFEITOS NO
PENSAMENTO URBANO
CONTEMPORÂNEO

O12

RESUMO

Buscando cartografar uma vertente do pensamento urbano contemporâneo que se encontra empenhada em debater o alcance político da lentidão nas cidades, prolongando um debate iniciado pelo geógrafo Milton Santos (1926 – 2001), este ensaio apresenta uma breve série de alianças conceituais, assinalando o panorama de seus possíveis rebatimentos na economia do conhecimento. Com esta cartografia é possível acessar o Elogio da Lentidão em relação aos ritmos impostos aos estudos urbanos atualmente, situando a necessidade de operar ralentamentos e desacelerações tanto no espaço urbano quando no âmbito da produção do pensamento urbanístico.

PALAVRAS-CHAVE

Lentidão. Urbanismo. Cidades. Santos, Milton (1926-2001).

LA PRESENCIA DE LA
LENTITUD EN LA CIUDAD Y SUS
EFECTOS EN EL PENSAMIENTO
URBANO CONTEMPORÁNEO

THE PRESENCE OF SLOWNESS
IN THE CITY AND ITS EFFECTS
ON THE CONTEMPORARY
URBAN THOUGHT

RESUMEN

Buscando mapear una cadena de pensamiento urbano contemporáneo que se ha comprometido a discutir el alcance político de la lentitud en las ciudades, prolongando un debate iniciado por el geógrafo Milton Santos (1926 - 2001), este trabajo presenta una visión de sus posibles repercusiones en la economía del conocimiento, creando alianzas conceptuales. Con esta asignación se puede acceder al Elogio de la Lentitud en relación con los ritmos impuestos a los estudios urbanos en la actualidad, colocando la necesidad de operar ralentamientos y desaceleraciones.

PALABRAS CLAVE

Lentitud. Urbanismo. Ciudades. Santos, Milton (1926-2001).

ABSTRACT

This proposal continues a discussion of the Brazilian geographer Milton Santos (1926 – 2001) regarding to the political scope of urban slowness. Mapping a specific and contemporary urban thought, the essay presents an outlook of the possible effects of this discussion in the knowledge economy, creating conceptual alliances. This diagram indicates connections between slowness and the multiple rhythms imposed to urban thought as it shows the urgency of slow-down.

KEYWORDS

Slowness. Urbanism. Cities. Santos, Milton (1926-2001).

MILTON SANTOS E O ELOGIO DA LENTIDÃO

Nas grandes cidades, os efeitos da “compressão tempo-espaço” – fenômeno detectado por David Harvey (2006) ainda no fim da década de 1980 – torna-se cada vez mais sensível. A contração da temporalidade se encadeia à intensa relativização das distâncias geográficas. Os sentidos da urbanidade estão cada vez mais acoplados a esta lógica de operação do capitalismo neoliberal: achatamento do tempo-espaço, planificação dos territórios urbanos, georreferenciamento computadorizado da superfície terrestre, varreduras contínuas dos espaços, em suma, a racionalização do espaço geográfico torna-se evidente e preocupante. As características da produção do espaço geográfico no contexto de um neoliberalismo integrado em escala planetária não se findam nestes elementos. Sem dúvida, existem muitos outros fatores que envolvem nossa condição pós-moderna.

A noção de “compressão tempo-espaço” pode ser colocada em paralelo com a elaboração levantada por outro geógrafo: Milton Santos, mentor de uma vertente crítica da Geografia em solo brasileiro, defendeu que, no período recente, testemunhamos a transformação radical do meio geográfico, configurado enquanto um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1996). A natureza do espaço geográfico se transforma irreversivelmente; uma mudança cultural altera nosso modo de compreender as variáveis de tempo e espaço. O que antes podia ser chamado de ‘meio geográfico’ adquire outras nuances: territorializa os efeitos da flexibilização do modo de produção capitalista e evidencia uma alteração intensa no curso da temporalidade e da espacialidade. Ao relacionar as interpretações destes dois geógrafos, percebemos como a natureza do espaço geográfico no período recente (fim do século XX e início do século XXI) foi alterada.

Na tentativa de compreender transformações de grandes proporções, mas afastando-se de uma perspectiva fatalista, o geógrafo brasileiro Milton Santos produziu ferramentas conceituais que nos possibilitam encarar de modo crítico as mudanças que a razão da economia neoliberal tornou hegemônicas. A partir de certas ferramentas conceituais fabricadas pela Geografia, seria possível estabelecer nexos entre a “compressão tempo-espaço”, determinada verticalmente no sentido de reprodução do espaço neoliberal, e um outro nível que poderíamos chamar de *dilatação espaço-temporal*¹, que se mobiliza no sentido horizontal pelos sujeitos habitantes dos espaços urbanos. Em consonância com este tensionamento, priorizamos neste ensaio desenvolver esse nível horizontal, considerando-o enquanto uma resposta do pensamento urbano à necessidade de produzirmos alternativas contra hegemônicas. Buscamos compreender como, ao mesmo tempo em que a lógica neoliberal passa a imperar como uma “nova razão do mundo”, o pensamento urbano se engaja na fabricação de outras chaves para decifrar a contemporaneidade.

Na tentativa de clarificar tal operação que sublinha um nível epistemológico, poderíamos nos reportar a um embate entre a produção de cidades genéricas ou cidades globalizadas e os processos urbanos contemporâneos, os quais apontam para singularizações locais. De um lado, encontramos a configuração urbana resultante dos *modi operandi* neoliberais; de outro lado, circundamos a resistência a esse modelo implantado pelo planejamento urbano estratégico. A chance de percebermos, hoje, a existência de situações urbanas singulares,

¹ Esta acepção foi desenvolvida em artigo publicado anteriormente. Ver Costa (2012).

que resistem à projeção de cidades genéricas, está vinculada com a possibilidade de se problematizar a experiência urbana contemporânea seguindo linhas de fuga, cuja perspectiva aponta para uma incorporação crítica do tempo-espaço no meio urbano. Para tanto, é necessário encarar uma outra escala que não obedece à lógica global e se infiltra nos espaços urbanos como escapes, ou seja, contra condutas em relação à lógica de produção da cidade capitalista. Na urgência de um discurso alternante do modo usual de pensar a cidade contemporânea, tateamos a dimensão de outro tempo: um tempo lento capaz de avivar a corporificação de racionalidades alternativas.

Este é o encaminhamento apontado repetidas vezes por Milton Santos em sua vasta obra. O elogio feito pelo geógrafo à lentidão urbana é uma das provas mais perceptíveis de que o pensamento opera seguindo linhas de fuga. No meio urbano racionalizado e planejado para dar vazão aos fluxos da economia neoliberal, a presença da lentidão é interpretada como uma resistência à ordem pós-moderna. Dentro das grandes cidades, onde o tempo é comprimido e as distâncias adquirem diferentes graus de importância, outro regime de temporalidade é incorporado ao cotidiano, em uma escala micro, mas de suma importância para que se mantenham vivos outros modos de existir. Presente em sua produção derradeira, o “Elogio da Lentidão” urbana é crucial na obra de Milton Santos por apresentar uma perspectiva minoritária sobre as grandes cidades: olhando para a socialização de um tempo dilatado, marginal e sempre em vias de ser excluído, poderíamos seguir outra abordagem, diferente daquela vinculada ao imaginário da cidade genérica, expondo assim a complexidade que vai sendo achatada no meio técnico-científico-informacional. Enquanto a lógica neoliberal no período recente implanta um imaginário da celeridade – contexto em que as cidades se adaptam para tornarem-se cada vez mais fluídas, buscando conferir maior velocidade aos trânsitos – a geografia nos convida a perceber a lentidão como resistência.

Para Milton Santos,

o mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a idéia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude. Quanto aos demais não incluídos, é como se apenas fossem arrastados a participar incompletamente da produção da história (SANTOS, 2001).

Esta demarcação se encontra em determinadas passagens da obra de Milton Santos (1996; 2001; 2002; 2008), ao destacar a importância do tempo praticado nos espaços públicos e sublinhando que as variações de velocidade e lentidão nas cidades são definidas em uma dimensão política, e não obedecem apenas os parâmetros técnicos. Neste sentido, ele convida-nos a perceber o lugar e a presença de sujeitos urbanos que incorporam um regime de temporalidade contraposto à regulação neoliberal da temporalidade. O autor nomeou estes sujeitos de *homens lentos*: aqueles habitantes das

² Marcando uma diferença com o método sugerido por Fernand Braudel – que trabalhava com as noções de “tempo longo” e “tempo curto” – o geógrafo afirma: “*Eu, modestamente, proporia que ao lado dos tempos curto e longo, falássemos de tempos rápidos e tempos lentos*” (SANTOS, 2002, p. 22).

grandes cidades que em suas práticas espaciais cotidianas incorporam contra condutas frente à dominação da racionalidade capitalista, situando uma temporalidade singular no curso de suas vidas e no uso dos espaços públicos.

Com esta menção é possível perceber a urgência do autor em localizar alternativas à configuração hegemônica do espaço urbano, marcado pela celeridade dos fluxos. Assim, uma preocupação sociopolítica recobre a percepção que o geógrafo lança sobre a lentidão nas grandes cidades. Para Santos, seria imprescindível assumir a possibilidade de “*dispor da maior velocidade tecnicamente possível no momento e não utilizá-la. [Sendo também]... possível fruir da modernidade nova, atual, sem ser obrigatoriamente o mais veloz*” (SANTOS, 2001).

De acordo com Santos, o tempo rápido nos põe em um mundo arquitetado, onde predomina uma:

vocação para uma racionalidade única, reitora de todas as outras, desejosa de homogeneização e de unificação, pretendendo sempre tomar o lugar das demais, uma racionalidade única, mas racionalidade sem razão, que transforma a existência daqueles a quem subordina numa perspectiva de alienação (SANTOS, 2008, p.127).

A radicalidade do pensamento de Milton Santos fica evidente no texto publicado num jornal, no qual enuncia seu Elogio da Lentidão (SANTOS, 2001). Neste ponto, ele se propõe a lançar perspectivas sobre os parâmetros então aceitos como racionais. Conforme podemos notar em outra passagem de sua obra, a lentidão será também observada no âmbito interno à pesquisa urbana, na medida em que o geógrafo sugere que o estudo da lentidão urbana deve constituir uma espécie de reciprocidade com o gesto de pesquisar a cidade, criando-se uma conexão efetiva entre o trabalho do pesquisador e o processo espacial observado por ele (SANTOS, 2002). A lentidão interferiria, portanto, nos protocolos de investigação do pesquisador.

Assim, o tempo lento se interpõe no transcurso do cotidiano assegurando outras formas de existência nas grandes cidades. Elas nos demandam, por sua vez, uma política urbana resultante da consideração conjunta de múltiplos interesses. O cotidiano da grande cidade, abordado a partir de seu ritmo contraditório, é visto pelo geógrafo como espaço de heterogeneidade, ao expor o desafio da multiplicidade e, muitas vezes, contradizer o senso hegemônico. Neste sentido, Santos (2001) defendia que a relação entre lentidão e rapidez deve ser analisada sob um ponto de vista político, não se restringindo ao domínio da técnica.

A relevância da relação espaço-temporal no campo dos estudos urbanos aponta processos reveladores de contrastes entre tempos rápidos e tempos lentos². No contexto de uma época que é, simultaneamente, um período e uma crise, Milton Santos (2008), assinala que:

na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estes são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão (SANTOS, 2008, p. 236).

Pensar a geograficidade da lentidão sugeriria, portanto, um embate com o planejamento urbano estratégico, sempre pautado pelo tabelamento racional da cidade e credor dos imaginários da globalização. De acordo com o planejamento estratégico, é muito comum admitir a velocidade como um dado irreversível na produção do espaço urbano; todavia,

a inconformidade com a tendência de homogeneização das cidades alimenta a compreensão de que é preciso reconhecer os rumos contraditórios da urbanização. A visão do cotidiano, da lentidão incorporada pelos pobres na cidade, fortalece uma sociabilidade alternativa ao competitivismo propagado, onde estar a frente do seu tempo é condição de eficiência. A homogeneidade da rapidez encontra, todavia, sua alteridade. Os sujeitos do tempo lento realizam sua existência nas bordas da racionalidade totalitária, habitantes de uma “pequena margem [...] deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade” (SANTOS, 2008, p. 121).

Os territórios da lentidão na cidade, marginalizados e excluídos, infiltram no pensamento urbano uma notação eminentemente política, perfazendo outros modos de caracterizar a cidade contemporânea. Os sujeitos do tempo lento são, nesse sentido, aqueles que dão corpo ao cotidiano de uma cidade policrônica; são eles os porta-vozes de acepções opacas sobre a contemporaneidade. Neste ponto, o entendimento da lentidão deveria superar a lógica mecânica para refutar a formação do consenso de que “o sistema técnico hegemônico aparece como algo absolutamente indispensável e a velocidade resultante como um dado desejável a todos que pretendem participar da modernidade atual”, e por isso vale ressaltar que, a partir de Milton Santos, a cidade contemporânea deveria ser caracterizada conforme as “diversas velocidades em presença” (SANTOS, 2008, p. 124).

³ A abrangência dos estudos pós-coloniais desenvolvidos no campo da Geografia Cultural é exemplificada por meio da obra organizada conjuntamente por Azevedo, Sarmento e Pimenta (2007).

PROLONGAMENTOS

Passados alguns anos após o debate sobre a lentidão ter sido colocado por Milton Santos, é possível localizar as incorporações do tempo lento no pensamento de outros autores que se propuseram a pensar a urbanização no período recente. A partir da contribuição de Milton Santos seria possível acreditar numa relevância epistemológica em curso, trazendo-nos ao encontro de argumentos posteriores ao Elogio da Lentidão. Estes desdobramentos, como veremos, são variados e irão sublinhar a lentidão como um estado corporal e uma tática de apreensão urbana, ou ainda, enquanto uma astúcia colocada em jogo tanto nos espaços públicos quanto no ambiente da produção do pensamento urbanístico.

Uma consideração de natureza epistemológica parece-nos necessária: poderíamos pensar no alinhamento entre o Elogio da Lentidão e a vertente de estudos que um pouco mais tarde irá se aglutinar sob uma linha de pesquisas bastante diversa, depois conhecida como geografias pós-coloniais³. Com este alinhamento seria necessário afirmar que as grandes cidades são construídas de ritmicidades heterogêneas que se penetram. Isto implica reconhecer como a lentidão faz parte dos ritmos aviltados com frequência pelo planejamento urbano estratégico.

Por exemplo, a empreitada pós-colonial do sociólogo Boaventura de Souza Santos (2006) nos convida a vislumbrar uma “*cidade multitemporal*”, território propício para que uma nova cultura política fosse gestada. A imagem desta cidade constituída por múltiplas temporalidades, ou seja, uma cidade policrônica, contrasta com a face da cidade neoliberal, engrenagem de residualização das temporalidades lentas. Nesta perspectiva, a geografia da cidade deve estar imbuída de uma reflexão que insufla a coexistência de temporalidades diferentes, entre as quais a lentidão é destacada por resguardar um sentido de resistência à lógica da economia de mercado.

Uma questão surge com mais clareza quando consideramos o papel da lentidão urbana no bojo dos estudos pós-coloniais: refere-se à revisão de conceitos provenientes de um contexto eurocêntrico. Portanto, pensar sobre a incorporação do tempo lento no seio da cidade contemporânea, por exemplo, demanda refutar a metáfora do “projétil”, originária de uma abordagem dromológica, na qual se afirma que a “violência da velocidade tornou-se, simultaneamente, o destino e a destinação do mundo” (VIRILIO, 1997, p. 10; p. 137).

Quando o estudo urbano se orienta para o reconhecimento das diversas velocidades presentes, tal como a indicação de Milton Santos, traçamos, pois, um transbordamento da “dromologia” (VIRILIO, 1997), ou seja, o predomínio da velocidade enquanto elemento de análise da urbanização, em detrimento de outros ritmos. Desta maneira, percebe-se em meio à abordagem dromológica um silenciamento da lentidão. Rastrear o tempo do projétil – metáfora belicosa de um ritmo que estilhaça a possibilidade de percepção da heterogeneidade urbana – é um vetor da abordagem dromológica.

O mesmo projétil atravessaria a consciência do espaço urbano como um mosaico de múltiplos ritmos, ferindo a parcimônia que o pensamento pós-colonial sugere. Sob o signo da devoração, a velocidade atravessa os territórios sem a preocupação de se reter em um alvo muito bem definido, abocanhando, inquietando, estilhaçando a consistência do tempo. Compreendendo com sensibilidade o alcance crítico do pensamento de Milton Santos, Cibele Rizek (2012) caracterizou o regime de temporalidade efetivado no contexto neoliberal como um tempo célere que propaga a “voracidade contínua de um tempo mercantil que consome aquilo mesmo que o define, fazendo da inquietação, ansiedade”. Para esta autora,

talvez a possibilidade da lentidão seja, no âmbito dos contrapontos e daquilo que não se deixa devorar – a única experiência/ ou mesmo procura de experiência em que alteridades, avessos, tateios permitam entrever uma outra cidade, a cidade de um outro tempo, já devorada, transformada e retificada, espetacular, veloz, cenarizada, tematizada. Como somos habitados pelas cidades que habitamos é possível desdobrar essas dimensões para a esfera das disposições subjetivas que mimeticamente se arranjam aos pedaços que definem cada um de nós, pedaços eles também devorados, retificados, espetacularizados, vítimas da velocidade e da efemeridade, cenarizados, tematizados. [...] Aí também nas frestas das cidades e nas arestas de nossas subjetividades – talvez resida a possibilidade do reencontro com a lentidão, com o tempo da reflexão que se faz nas pausas, nos silêncios, na descrença e na crítica impiedosas, nas conversas imaginárias e reais, na experiência

perdida da cidade – produto e produtora de um outro tempo, no encontro e desencontro tanto com os que ainda podem ser radicalmente outros fora de nós quanto com esses outros, esses estranhos que nos habitam (RIZEK, 2012, p. 74).

Essa fala que nos alerta para esse aplainamento do tempo – tempo das ações, tempo dos lugares, tempo de pensar – situa a importância de conceitos criados em resposta a esta tendência de devoração irrestrita. Um tempo canibal, que engole os outros ritmos para regozijar-se de sua monocultura cinética, precisa ser confrontado com enunciados que lhe ofereçam desafios. O horizonte da colonização do pensamento por esses sentidos utilitaristas do tempo é assustador, e tampouco respeita os limites autônomos que a universidade conseguiu construir até então. As reverberações do reconhecimento da lentidão nas grandes cidades se encontram aqui visivelmente articuladas na reflexão sobre os limites do pensamento urbano hoje. Uma espécie de paroxismo é colocada em jogo: a lentidão poderia ser vista como uma urgência, isto é, uma paradoxal urgência da lentidão, que possibilitaria repensarmos nossas práticas enquanto pesquisadores do urbano.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, parceira em algumas pesquisas de Milton Santos, ponderava que os estudos urbanos poderiam se beneficiar – além da perspectiva dos homens lentos – com a aplicação dos conceitos de “*território usado*” e “*espaço socialmente apropriado*”, também presentes no arcabouço da geografia crítica. Esses conceitos poderiam fortalecer o debate sobre a lentidão, e ainda sublinhar como os estudos urbanos se encontram implicados no aplainamento do tempo, muitas vezes reproduzindo abstrações normativas e os protocolos demandados pela razão mercantil.

A problematização dos gestos do pesquisador, no contexto em que o tempo é quantificado e regulado mediante critérios econômicos, torna-se indispensável. Certamente, a sociologia nos ajuda a decodificar as regras e normas que envolvem o pesquisador, detendo “*uma reflexividade estimulada pelo desvendamento dos mecanismos de poder e pelo encontro de métodos e técnicas de pesquisa que permitam, ao analista, estranhar a sociedade da qual faz parte*” (RIBEIRO, 2012, p. 70). Os nexos da economia urbana neoliberal “*ameaçam as descobertas cotidianas do homem lento e as ousadias da resistência ao pensamento dominante, experimentadas no cerne do fazer arquitetura e urbanismo hoje*” (op. cit. p. 60). Mas, como nos alerta Ana Clara Torres Ribeiro:

pode ser que as universidades se oponham a esse esforço, criando excessivos obstáculos administrativos. Mas, os pesquisadores podem fazê-lo, visando superar o predomínio do pensamento utilitarista e operacional. Um predomínio que, abrigado em tantas seduções, a tudo banaliza, até mesmo a vida e a morte. Deseja-se viver logo, aqui e agora, de uma vez, tudo o que houver para ser experimentado. Essa visão de mundo, calcada na cultura do instantâneo e no encantamento pela velocidade, instrumentaliza as leituras do espaço e das práticas sociais, fragilizando as novas gerações de pesquisadores e impedindo a superação da colonialidade, conceito trabalhado por Aníbal Quijano. Diz ele: colonialidade não é o mesmo que colonialismo; é a nossa maneira de pensar. O colonialismo é mais evidente. Já a colonialidade, não, está dentro de nós, impedindo ousadias conceituais e de método (RIBEIRO, 2012, p. 63 – grifo nosso).

⁴ Em seu primeiro livro, O papel metropolitano da cidade de Salvador, de 1956, Milton Santos se refere à cidade baiana como a “metrópole displicente”.

Como interessa demonstrar nesse momento, a presença da lentidão, que foi abordada inicialmente pelo ponto de vista da experiência da cidade, é indissociável de uma crítica à economia do conhecimento. Ressalta-se assim uma transversalidade do problema desenvolvido. A universidade não está isenta das pressões estipuladas pelo mundo mercantil; por isso pode-se reconhecer, na questão central deste ensaio, rebatimentos em nossas próprias rotinas enquanto estudiosos do urbano. O artigo de Renata Moreira Marquez e Cassio Eduardo Viana Hissa intitulado *Rotinas, Ritmos e Grafias da Pesquisa* é esclarecedor neste contexto que nos envolve, onde precisamos nos defender das demandas que tendem a ser impostas pela “universidade-indústria”.

As rotinas de pesquisa são a subversão dos ritmos, a transgressão dos tempos burocráticos dos exercícios ditos de pesquisa, que negam o saber, o respeito ao tempo da criação, ao tempo da diversão, ao tempo do amadurecimento dos jogos referentes ao processo do criar. As rotinas de pesquisa são rotinas de pensar que sempre demandam mais tempo porque nada é definitivo, porque pensar é sempre repensar. Assim, se fazem os ritmos transgressores, diante da velocidade incorporea: ritmos lentos, dos quais emergem corporeidades criativas (HISSA; MARQUEZ, 2005, p. 13).

Quando colocamos a necessidade de questionamento do regime produtivista que incide sobre as universidades, a discussão relacionada à lentidão pode contribuir para amplificar o problema, apontando para linhas de fuga. Como se deseja colocar com esta passagem, a reverberação daquilo que encontramos no Elogio da Lentidão pode adquirir outros contornos, além daqueles associados à epistemologia territorial proposta por Milton Santos. Estes novos contornos poderiam compor uma espécie de debate que demanda pelo auto reconhecimento do pesquisador enquanto um sujeito lento, confrontado pela lógica mercantil no curso de suas pesquisas: às demandas da universidade-indústria caberia responder com as urgências por lentidão.

Na modernidade, reproduzida pelas sociedades ocidentais, que se espalha e se aprofunda, que se alarga e a todos contamina, a cidade, lugar da pressa, traduz os desejos do mundo. No lugar da pressa há velocidade, mas, ainda, há lentidão. Entretanto, interessa à reflexão pensar a presença da lentidão nos interiores da pressa. O inverso, também, pode ser tradução do mesmo mundo: compreender-se-ia a pressa nos interiores de uma lentidão ameaçada (HISSA, 2012, p. 77).

A leitura feita pelo geógrafo Cassio Hissa (2012) sobre o papel dos homens lentos no arcabouço do pensamento urbano brasileiro é notável. Para ele, a menção a estes habitantes das grandes cidades visa enfrentar o “totalitarismo da racionalidade”, de tal modo arraigado em nossos hábitos que torna importante forjar conceitos com o poder de fazer face à máscara banalizada no cotidiano, inculcada no exercício das pesquisas acadêmicas e reiterada pela esfera política. Para o autor, os homens lentos são capazes de escapar do totalitarismo da racionalidade. Ele traz ainda o exemplo da “displicência”, que Milton Santos havia atribuído em seu primeiro livro à capital baiana⁴, como uma tática atrelada à busca de saídas em meio ao sistema totalitário que reveste tanto a cidade quanto a universidade. A seguinte passagem merece ser observada:

...a velocidade desloca, desampara e desprotege. O mais displicente, talvez, para utilizar o adjetivo empregado por Milton Santos em 1956, seja o mais atento: o que recolhe detalhes e experiências do mundo. A lentidão permite mais experimentação e, conseqüentemente, uma hipertrofia da visão, da imaginação e da criatividade. O estado dos homens lentos de Milton Santos pode ser estendido ao estado dos que, relativa e aparentemente imóveis, estão vigilantes, concentrados, alertas. A imobilidade, aqui, tem como referência o estado de velocidade extrema e a imposição do estado cultural da prensa. Trata-se de uma inércia que, tensionada, em decorrência da vigília, ameaça se romper. Uma imobilidade efêmera, circunstancial, relacional e que acumula energias através da experimentação do mundo no cotidiano da cidade da prensa. Trata-se, portanto, de uma lentidão sábia, inteligente, sensível, subjetiva porque pertencente ao sujeito que experimenta vigilante, tenso, atento. Nesses termos, poderemos refletir sobre a presença, nas cidades, de uma lentidão sábia envolvida por uma exterioridade veloz — provocadora de desamparos, desequilíbrios e cegueiras —, em cujas cartografias, por ela desenhadas, não há norte e, tampouco, qualquer orientação de sentido (HISSA, 2012, p. 81).

Tal exercício de pensamento tensiona os liames entre velocidade e lentidão, prensa e vagareza, revendo suas fronteiras. Em seus confins, o que a lentidão nos reserva? As fronteiras de cada qual dos ritmos são determinadas por medidas relacionais, nunca estanques. Concentrado em compreender a lentidão enquanto potência do pensar, potência que é demandada, sobretudo, quando nosso agir se choca com as mais diversas restrições da celeridade, Hissa avança numa senda epistemológica notável: talvez pudessemos realizar em relação aos ritmos lentos um exercício de transvaloração, ou seja, reconhecendo que a velocidade tornou-se um valor fundante na era neoliberal, o geógrafo propõe uma crítica da velocidade que desencadeia outras acepções de seu oposto, o tempo lento. Os efeitos dessa crítica tangem um espaço sensível. E a partir daqui, há também que se notar, o Elogio da Lentidão se tornará indissociável da percepção do pesquisador, de sujeitos empenhados nos estudos urbanos, percebido também enquanto homens lentos. Assim, uma aliança se constitui entre a crítica do regime cinético das grandes cidades e os ritmos incorporados nos gestos da pesquisa, durante a produção do pensamento urbano.

Nesses termos, ainda, poderemos conceber a presença, nas cidades, de uma lentidão que é mesmo vagarosa, mas que, atenta, caminha na direção de outro mundo e, talvez, por isso, na direção contrária e, conseqüentemente, mais desejada. É lenta porque precisa ser. É lenta e reclama por mais lentidão como virtude porque a sabedoria é feita de paciência, de vagar e da fabricação de um caminho feito de passo a passo. De modo algum, portanto, pode-se dizer que é lenta porque já é tarde, porque já passou o tempo, ou porque é preciso rapidez para se evitar o atraso. É exatamente o contrário. É a prensa que diz que estamos atrasados e que não há tempo para nada. É a velocidade e a prensa que dizem que o tempo, pelo qual todos reclamam, deixou de existir (HISSA, 2012, p. 81-82).

No entanto, enquanto percebermos a pretensa canonização da temporalidade linear, não poderemos deixar de circundar outros modos de acepção temporal. A relação entre tempo linear e tempo rápido ilustra as posturas do

planejamento urbano que interage com a cidade ao simular o futuro de uma obviedade sedutora; este cenário, promovido com grande fôlego pelo planejamento estratégico, celebra, antes de tudo, um anseio que consiste na estratégia indolente de dilatar o futuro e contrair o presente. Pensar a lentidão no campo do urbanismo não se separa, pois, de uma reflexão sobre as demarcações impostas pelo conhecimento disciplinar. Nisso o vínculo entre distintas visões de mundo é tanto político quanto epistemológico. Sobretudo, está em jogo a chance de reconhecermos, na corporeidade dos sujeitos da lentidão, o questionamento incessante dos sentidos da racionalidade que respaldam a noção consensual que repousa sobre a urbanidade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS — A TEMPORALIDADE DA PESQUISA ACADÊMICA

Neste ensaio tentamos situar como uma apologia da desaceleração pode servir à problematização da urbanidade contemporânea. Na sua procura de tensionar a globalização da celeridade e expandir a compreensão da temporalidade e da processualidade urbana, o debate acerca da presença crítica da lentidão na cidade está associado à percepção de que as possibilidades de reflexão sobre o urbano se encontram cada vez mais dificultadas pelo regime produtivista e achatadas pela lógica neoliberal. Para a nossa compreensão da cidade contemporânea não poderíamos desprezar os processos urbanos que expõem anacronismos, descompassos e assincronias. A reprodução do vocabulário da cidade genérica, que se guia por imagens luminosas e céleres, demonstra equívocos quando nos concentramos em compreender a relevância política da lentidão urbana.

Talvez, a potencialidade da problematização epistemológica sobre os ritmos urbanos nos sirva para compor um quadro complexo, no qual se torne possível distinguir a lentidão que comentamos até este momento de um outro regime cinético, que se baseia também na lentidão como um elemento de governamentalidade urbana. Falamos das situações de lentidão imposta e coercitiva que atravessam, todos os dias, a vida nas grandes cidades; os congestionamentos de automóveis representam o exemplo mais banal deste fenômeno. Essa outra lentidão é mensurada, gerida e arbitrada, apontando sentidos diversos àqueles que até aqui foram apresentados. Exatamente por refletir a dominação e a normatização do regime cinético contemporâneo, esta outra lentidão vem afirmar a necessidade de agenciarmos outros modos de relação com o tempo lento, escapando da gestão cinética que incide intensivamente na cidade neoliberal.

Por isso, a necessidade de discutirmos esta outra acepção de lentidão – a qual é regulada e mensurada pelos órgãos de fiscalização do tráfego, por exemplo – surge como mais um desafio aos estudos urbanos. De um lado, a lentidão pode ser vista como potencialidade na busca de apreensões críticas da cidade; de outro, é necessário discutir esse outro sentido de lentidão que vem se colocando como um elemento de governamentalidade.

Entretanto, à guisa de uma conclusão, o recurso à filosofia da ciência é profícuo e indispensável. Finalizando esse escrito mas conservando o intuito

de criar aberturas em meio às alianças conceituais que cartografamos, um recente trabalho de Isabelle Stengers soa pertinente. Em *Une autrescience est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences, suivi de Le poulpe du doctorat (Uma outra ciência é possível: manifesto por um ralentamento das ciências – seguido de O polvo do doutorado, 2013)*, a pensadora belga delinea uma perspectiva crítica sobre a produção do conhecimento. Para ela, neste momento histórico em que a universidade se tornou um instrumento para a operacionalização do neoliberalismo, cabe aos pesquisadores repensar suas práticas à luz de um recuo, de uma desaceleração, ou como ela mesma sugere, do *ralentamento* de suas práticas científicas, de modo a reclamar uma temporalidade propícia à fabricação de outros conceitos, capazes de desestabilizar os nexos entre a prática científica e o regime temporal derivado do período neoliberal.

Advogando a favor do ralentamento das práticas de pesquisa nas universidades, Stengers (2013), expõe um argumento que prolonga e desdobra aquele levantado por Milton Santos há quinze anos atrás, ao mobilizar uma aliança transdisciplinar que colocaria em primeiro plano o *ethos* dos estudiosos das cidades. Ralentar significa sustentar a necessidade de mantermos, enquanto pesquisadores, uma relação anacrônica com as crescentes demandas pelo aumento da produtividade e pelo achatamento dos prazos. Incorporar em nossas rotinas o ralentamento também sugeriria reclamar um sentido de lentidão capaz de atritar a ordem cinética disposta no presente.

Afinal, diante do diagnóstico de que o neoliberalismo instaura espaços urbanos genéricos, onde flui um regime de temporalidades comprimidas e aplainadas, resta-nos mobilizar o ralentamento proposto por Stengers e considerá-lo em conexão intensiva com o Elogio da Lentidão proferido por Milton Santos. Esse encaminhamento poderia intensificar a reversão de uma ordem cinética, reguladora dos mais vastos gestos, e contribuir para aquilo que vemos como uma dilatação espaço-temporal.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ana Francisca de; SARMENTO, João; PIMENTA, José Ramiro. *Geografias pós-coloniais: ensaios de geografia cultural*. Porto: Figueirinhas, 2007. 134 p.
- COSTA, Thiago de A. Trilhando uma epistemologia da lentidão. *Redobra* n.10 – 2012. Salvador, Edufba, 2012. p. 179-185.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006. 349 p.
- HISSA, Cassio Eduardo Viana. A lentidão no lugar da velocidade. *Redobra* n.09 – 2012. Salvador, Edufba, 2012. p. 75-82.
- HISSA, Cassio E. V.; MARQUES, Renata M. Rotina, ritmos e grafias da pesquisa. *Revista Ars*, Coronel Fabriciano, UnilesteMG, v.2, 2005, p.14-28.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. *Redobra* n.09 – 2012. Salvador, Edufba, 2012. p. 58-71.
- RIZEK, Cibele Saliba. Discutindo cidades e tempos. *Redobra*, n.09 – 2012. Salvador, Edufba, 2012. p. 72-74.

- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Ed. Record, 2008.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Ciência e cultura*, São Paulo v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002.
- SANTOS, Milton. *Elogio da lentidão*. São Paulo: Folha de São Paulo, 11 de março de 2001.
- STENGERS, Isabelle. *Une autre science est possible: manifeste pour un ralentissement*. Paris, La decouverte, 2013.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

Nota do Editor

Data de submissão: 28/01/2016

Aprovação: 12/08/2016

Revisão: Cleusa Bernardes

Thiago de Araújo Costa

Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/5958130896139195>

thcosta@usp.br